



Trabalho, pobreza e desqualificação social: a construção de uma hierarquia social de status a partir da inserção dos migrantes maranhenses em Palmas.

KAROLINE DE OLIVEIRA REBOUÇAS*

INTRODUÇÃO

Palmas, a capital mais jovem do Brasil e a última cidade brasileira a ser projetada no século XX, surgiu das mãos de arquitetos, com um belo projeto urbanista e uma grande importância político-administrativa para o recém-criado estado do Tocantins, fatores que lhe concedeu uma constituição social peculiar e multiculturalista.

Pode-se afirmar, que o primeiro fluxo migratório da capital do Tocantins foi iniciado com a construção da cidade e segundo Feitosa (2011) isto fomentou a “utopia migrante”, pois na medida em que o projeto de construção avançava, mais pessoas chegavam para engrossar as estatísticas dos fluxos migratórios. Dessa forma, Palmas passou a ser vista como o novo *eldorado* brasileiro, terra de oportunidades, onde todas as pessoas possuem condições necessárias para conquistar benesses econômicas e sociais, que propiciem uma boa qualidade de vida.¹

Palmas, por sua capacidade em atrair migrantes e por sua grande mobilidade populacional, encaixa-se perfeitamente na definição de fronteira, na perspectiva teórica de Martins (2014), já que se entende por fronteira “lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história” (MARTINS, 2014, p. 10). É diante de um contexto de pluralidade cultural e diversidade de condições sociais, que este estudo se estruturou. Compreender como este conjunto ampliado de indivíduos se constituem em grupos de interesses e ou atores coletivos, como se estabelecem as relações socioeconômicas em Palmas, bem como se existe uma hierarquia social de status determinada pela cultura de cada grupo de migrantes, são algumas das questões levantadas nesse trabalho.

* Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins/UFT.

¹ A visão de Palmas, enquanto o *novo eldorado* brasileiro, pode ser confirmada por meio das reportagens a seguir:

- “Um Brasil que não para”. SEGALLA, Amaury. In: Revista Isto É Independente. Edição: 2161, publicada em 08 de Abril de 2011. Disponível em site da web: http://www.istoe.com.br/reportagens/132268_UM+BRASIL+QUE+NAO+PARA Acesso realizado em 09 de maio de 2015.
- Programa Globo Repórter, exibido pela Rede Globo de Televisão no dia 29 de agosto de 2014. Disponível em site da web <https://www.youtube.com/watch?v=pVT6fVO4Hf8>, acesso realizado em 09 de maio de 2015.

O pano de fundo que norteia essa pesquisa são as dinâmicas que dizem respeito ao mundo do trabalho, tanto no plano da materialidade que envolve as condições objetivas, quanto na esfera da subjetividade decorrente das relações sociais de produção. Em outras palavras, parte-se da premissa de que o mundo do trabalho se constitui em um importante sistema de mediação (MÉSZÁROS, 2011; ANTUNES, 2003) e de difusão de ideias e valores (DUMONT, 2000) na sociedade contemporânea. Ou seja, por meio das práxis laborativa e da interação social dela decorrente, os seres sociais tornam-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada.

Alguns fatores se destacaram no processo de escolha dos migrantes maranhenses² como sujeitos da pesquisa apresentada neste trabalho, primeiramente – de acordo com os dados do Programa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) 2012³ – a quantidade de migrantes vindos do estado do Maranhão, como o maior grupo populacional migrante que chega ao estado do Tocantins anualmente. Posteriormente, as condições sociais – a pobreza é um dos aspectos relevantes no tocante à migração da população maranhense – em que, considerável, parcela dessa população chega à cidade de Palmas e como se estabelece aqui a partir dessas adversidades. E por último, mas não menos relevante, tem a forma de tratamento recebida pelos maranhenses nas mais variadas situações cotidianas e no mercado de trabalho (representação social), em uma sociedade emergente. Tratamento que, por vezes, revela maior ou menor grau de preconceito em relação a esses indivíduos.

A questão central desta pesquisa é *Como se constitui uma hierarquia social de status, que repercute em processos de interação social e na distribuição/ acesso a oportunidades sociais, em uma sociedade emergente?* A partir dessa questão justifica-se pensar acerca de outras questões que envolvem os migrantes em Palmas. Como ocorre a inserção dos maranhenses no mercado de trabalho em Palmas? O que significa ser maranhense em Palmas? Em outras palavras, qual a representação que existe dessa população? Nessa perspectiva, buscou-se compreender como se constitui uma hierarquia social de status na sociedade palmense e suas implicações na participação social (inserção) dos migrantes maranhenses, a partir do estabelecimento de mecanismos de distribuição e acesso às oportunidades sociais.

² O maranhense representa nesta pesquisa todos os outros sujeitos sociais – nordestinos em geral, nortistas, tocaninenses nativos do “pé rachado” – que atuam com grande relevância no processo de desenvolvimento regional, mas que são tratados como invisíveis e dispensáveis em uma sociedade hierarquizada pelo status.

³ A síntese dos dados do PNAD 2013/2014 abordaram os dados de migração por regiões do país e não por Unidade de Federação, sendo assim os dados utilizados nesta pesquisa são referentes ao PNAD de 2012. Para maiores esclarecimentos, ver tabela 2.2 PNAD, IBGE: vol. 32, 2012.

SOCIEDADE EM FOCO: MUNDO DO TRABALHO, MIGRAÇÕES E POBREZA

As transformações do mundo trabalho permanecem como base para se compreender as relações sociais no início do século XXI, para tanto, parte-se do princípio que o trabalho é o fator central na produção de valor. Destarte, conforme as reestruturações produtivas são implementadas, o trabalho como característica inerente ao ser humano e, portanto, direito fundamental, se esfacela desdobrando-se em terceirização, precarização, informalização, que implica em reflexos diretos nas condições de vida dos trabalhadores ao torná-los socialmente mais vulneráveis (ANTUNES, 2003; 2012).

As novas configurações do capitalismo concatenam com o processo de vulnerabilização social, na medida em que trabalhador, vítima do desemprego estrutural, passa a buscar mecanismos para se manter incluído no sistema. Tal inclusão ocorre por meio dos trabalhos atípicos, subcontratos, trabalho em tempo parcial, trabalho informal e até mesmo com o trabalho considerado moralmente ilegal (ANTUNES, 2014).

Os deslocamentos populacionais, o processo de desqualificação social e a situação de pobreza, são consequências, tanto da reestruturação produtiva, quanto da transformação no mundo do trabalho, tornando assim, pertinente a discussão no que se refere à importância da ideologia do trabalho e sua influência na criação das representações sociais que caracterizam a estrutura hierárquica de uma sociedade (TELLES, 2001).

Diante do contexto socioeconômico globalizado, verifica-se o aumento da desigualdade social e a condição de vulnerabilidade de uma parcela considerável dos habitantes das cidades, o crescimento da informalidade e a fronteira entre o legal e o ilegal torna-se tênue. A nova divisão social do trabalho reconfigura o modelo de alienação dos indivíduos que perdem sua unidade: trabalho, lazer, meios e fins, vida pública e privada. O desemprego provê consequências ainda mais graves a esses indivíduos, tais como rejeição da vida social, isolamento, apatia, situações de violência, dentre outros. O processo de desumanização desses trabalhadores promove a segregação e expõe essa população à condição de pobreza e desqualificação social.

No Brasil a situação não foi tão diferente, mesmo que tardiamente, a flexibilização causou impactos consideráveis ao mundo do trabalho. Multinacionais se transferiram para o país em busca de matéria prima e mão de obra barata, no entanto, as funções especializadas, muitas vezes, acabaram por ser ocupadas por estrangeiros mais qualificados do que a

população local. Diante do contexto apresentado, afirma-se que a integração precária no mercado de trabalho é tão intensa que forma um novo tipo de pobreza e desigualdade social, nas quais as políticas públicas redistributivas não atingem os trabalhadores. Segundo Telles (2001), “a pobreza carrega em si o peso da história” e as soluções existentes para combatê-la não atendem às necessidades ou à complexidade da nova pobreza.

Telles (2001) afirma que a frágil sociedade civil brasileira foi projetada pela pauperização que assola a maior parte dos trabalhadores atuantes no mercado de trabalho. Seguindo essa lógica “o mercado oferece um retrato acabado de uma sociedade na qual direitos não fazem parte das regras que organizam a vida social” (TELLES, 2001, p. 96).

As pesquisas sociais no final do século XX mostravam que a maior parte dos trabalhadores do país possui uma trajetória marcada pela instabilidade, insegurança e precariedade nos vínculos empregatícios. Isso acabou por dificultar a possibilidade de se fixar em profissões e consolidou o aumento das estatísticas de trabalho informal, precário, irregular ou até mesmo ilícito. Nos dias atuais, houve um período de estabilidade econômica e de melhoria nas condições sociais, porém a situação de instabilidade, precariedade e informalidade ainda figuram entre os problemas enfrentados pelos trabalhadores brasileiros.

O ponto essencial, nesta discussão, reside na ausência de direitos sociais que garantam melhor condição aos trabalhadores precarizados – caracterizados pela informalidade, falta de qualificação especializada – e na redução da identidade destes indivíduos à categoria genérica de atividades de sobrevivência que os distinguem, simplesmente, como pobres, desqualificados e inferiores nessa dinâmica social.

É em um contexto de precarização do trabalho e desqualificação profissional que se desenvolve o processo migratório dos maranhenses para Palmas. Nesse sentido, as migrações podem ser vistas como um aspecto que atua consideravelmente na distribuição e redistribuição da mão de obra dentro de um dado território, fato que gera implicações nas disparidades regionais. Destarte, Cavalheiro (2012) aponta que ao considerar que a mão de obra pode divergir em termos de instrução e qualificação ao se traçar comparação entre regiões distintas, assume-se que a mobilidade populacional vem a acarretar impacto no processo de crescimento e desenvolvimento dos territórios.

Telles (2010) trata da questão dos deslocamentos e mobilidades dos indivíduos e enfatiza a importância dessas práticas diante da nova trama criada pelo modelo de globalização pós-fordista:

Deslocamentos e formas de mobilidade, cada qual impulsionado por feixes singulares de circunstâncias e causalidades (porém, com ressonâncias entre uns e outros): travessia de fronteiras, ocupação de regiões limítrofes, deslocamentos de trabalho e trabalhadores seguindo os fluxos dos capitais e das redes de extensão variada por onde opera o chamado capitalismo flexível, ao mesmo tempo em que o traçado desses deslocamentos tem impactos consideráveis sobre a reconfiguração dos espaços urbanos e a morfologia das cidades (TELLES, 2010:16).

Corroborando com o estudo de deslocamento e mobilidades apresentado por Telles (2010), Baeninger (2012) aponta que o conceito de rotatividade migratória se vincula à expansão clássica do capitalismo com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional.

Inicialmente é perspicaz explicitar o porquê da temática “pobreza” ser tão relevante para esta pesquisa. Ao consultar os principais índices socioeconômicos brasileiros dos últimos cinco anos, detectou-se que há uma estreita relação entre a pobreza e o estado do Maranhão e que este fato estaria diretamente relacionado ao processo migratório da população daquele estado para as demais unidades de federação do país⁴. Compreender o que é pobreza no contexto migratório e como tal fator contribui para a construção de valores, status e estigmas sociais é um dos eixos norteadores desta pesquisa, pois permitirá que seja descortinado o véu das teias que envolvem o acesso às oportunidades em uma sociedade emergente, como a de Palmas.

A pobreza como uma questão coletiva legitima-se por meio da assistência social sob a forma de um direito dos cidadãos e um dever do Estado. Este, torna-se responsável no oferecimento de assistência aos pobres com intuito de garantir: o bem-estar geral, a proteção social e suavizar as manifestações extremas de diferenciação social. Destarte, como destaca Simmel (2011), o pobre - como categoria sociológica - é aquele cuja necessidade acaba sendo assistida.

Aceptar la ayuda excluiría al asistido de los supuestos propios de su clase y sería prueba evidente de que formalmente há dejado de pertenecer a ella. Mientras no se produzca este hecho, el prejuicio de clases es lo bastante fuerte, por así decir, invisible la pobreza, aunque exista como sufrimiento individual, no tendrá consecuencias sociales (SIMMEL, 2011: 86-87).

Logo, não existe motivo para socorrer o sujeito pobre, mas existe necessidade de que haja preservação do status quo social. Nesse sentido, apenas a privação material não implica em pobreza, pois essa só se legitima caso haja a assistência do Estado.

⁴ Dados sobre as condições sociais e migração referentes ao Maranhão, disponíveis no PNAD (2012, 2013 e 2014) permite tal inferência,

A nova pobreza deve ser entendida por um fenômeno multidimensional, que atinge tanto os chamados pobres clássicos⁵, quanto a população empobrecida pela inserção precária no mercado de trabalho, acesso deficitário aos serviços públicos, e a ausência de poder (WANDERLEY, 2013). Deve-se, portanto, ir além das questões econômicas para compreender a pobreza. Pizzio (2010) reforça a ideia de que a pobreza vai muito além do critério de renda e está relacionado às privações de liberdades e oportunidades.

Podemos dizer que o fenômeno se refere não apenas às privações em termos de necessidades materiais de bem-estar, mas também à negação de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões aceitáveis socialmente. O grande número de carências e privações impostas àqueles que vivem em situações de pobreza faz com que suas existências possam ser prematuramente encurtadas, além de duras, dolorosas e perigosas. (PIZZIO, 2010:107).

Destarte, a compreensão da noção de pobreza contribui significativamente para a pesquisa no que tange às motivações para as migrações e à compreensão do *modus vivendi* dessa população em sua nova morada. Ao passo que se deve analisar a pobreza de grande parcela dessa população como uma construção histórico-cultural, levando-se em conta as experiências vividas por esses indivíduos.

Com o a taxa de desemprego em ascensão, milhares de trabalhadores, da indústria ou do comércio, perdem seus vínculos com o mercado de trabalho. E, por consequência, se afastam da vida social, gerando assim uma crise de identidade, depressão e até mesmo rupturas familiares. Agregados aos fatores já expostos, a diminuição da renda e a precariedade das condições de sobrevivências são elementos de grande relevância que levam o indivíduo a migrar como recurso final, antes de ingressar no sistema de assistência social (PAUGAM, 2003).

A desqualificação social abrange tanto situações de pobreza, quanto processos de exclusão do mercado de trabalho e se articula a três ideias básicas: trajetória, identidade e territorialidade. A trajetória de vida do indivíduo (percurso temporal), as experiências, a identidade que foi construída num processo longitudinal e a territorialidade, ou seja, o espaço no qual foi produzido o processo de exclusão (PAUGAM, 2003).

⁵ Wanderley (2013) considera como pobres clássicos: indigentes, subnutridos, analfabetos, mendigos, pedintes e vagabundos.

Portanto, o problema da pobreza hoje reside na tentativa – do Estado e da sociedade civil – de administrar velhas e novas formas de pobreza e exclusão em meio a um cenário de profundas transformações, sem que exista princípios básicos como igualdade e justiça social.

MARANHENSES ESTABELECIDOS EM PALMAS: SUJEITOS ENTRE A DESQUALIFICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

De acordo com o PNAD 2012, a condição de privação material do maranhense, juntamente com a ausência de vagas no mercado trabalho – que contemple as necessidades desta população – podem ser confirmadas como designações de status de inferioridade ao migrar. Parte-se aqui do pressuposto de que a pobreza seja um fator que tanto condiciona a migração dos maranhenses, quanto contribui na formação da desqualificação que estigmatiza esses indivíduos. Ao compreender a pobreza como um fenômeno coletivo, Simmel (2011) propiciou um debate sobre este tema que vai além da privação material, sendo esta, caracterizada essencialmente pela necessidade de assistência.

Verificou-se que no ano de 2014 de um total de 6,9 milhões de habitantes no estado do Maranhão, o equivalente a 3,6 milhões eram beneficiários do programa de transferência de renda Bolsa Família do governo federal⁶. Diante do exposto, infere-se que metade da população maranhense pode ser considerada pobre, já possui e reconhece a necessidade da assistência social.

No decorrer das entrevistas e das observações, também pode-se constatar que tal pressuposto é verdadeiro, pois o histórico de pobreza sagrou-se comum na vida de quase todos os informantes⁷. Fato que se comprova na fala de alguns quando questionados sobre os motivos que os levaram a migrar para Palmas:

“Eu e minha mãe viemos para Palmas quando eu terminei o segundo grau. Por conta de dificuldades financeiras, por causa que não havia trabalho na cidade, não havia condições de trabalho pra gente, meus irmãos foram crescendo e ficando muito arredios, se envolvendo com álcool, não queriam saber de estudar, porque a cidade não oferecia essas coisas. Cidade onde não tem trabalho e não tem oportunidades, beber é a única coisa que eles conseguem fazer”(S.F, Auxiliar Administrativa).

⁶ Dados retirados dos sites do IBGE e MDS.

⁷ Apesar disso, o histórico de pobreza não deve ser encarado como o único fator condicionante do processo migratório. Existe um grupo de pessoas que migram com intuito de cursar universidade e acabam fixando residência em Palmas, há ainda um grupo que migra por transferência de emprego, aprovação em concurso público ou pelo atrativo empreendedor da cidade.

Em algumas situações durante a realização das entrevistas, os informantes reforçavam que não necessitavam de programas assistenciais do governo, alguns chegaram a afirmar que faziam uso de serviços de saúde privado, pois não precisavam do Sistema Único de Saúde (SUS). A contradição presente nestas afirmações reside no fato de que em outros momentos, os mesmos informantes, afirmavam a necessidade de ter dois ou três empregos para conseguirem manter a família dentro dos padrões estabelecidos para a sua classe social. Ainda sobre a questão da assistência, foi possível perceber que aceitar “ajuda” seria visto pela comunidade em que vivem como uma maneira de ser controlado pelo Estado:

“O Brasil está desse jeito por causa do ‘Bolsa Família’, se o povo se esforçasse mais e se dedicasse a aprender um trabalho não ia precisar disso não, mas ficam aí refém de ‘Bolsa Família’ e votam nesses políticos só por causa disso” (A.S, diarista).

Paugam (2003) elucida que a pobreza não é estigmatizante por si só quando é muito frequente, sendo assim, torna-se integrada, impedindo que haja discriminação da sociedade. Contrariando tal observação, mesmo que a condição de pobreza, seja comum e banalizada, os maranhenses pobres são discriminados em sua sociedade e sendo perceptível a estigmatização desses indivíduos, pois a pobreza é percebida como privadora e desqualificante.

Como pode-se apreender nos trechos de entrevistas, expostos acima, a pobreza na qual os maranhenses são expostos vai além das privações de liberdades, os inserem em um contexto de precariedade econômica que os torna socialmente inferior e desqualificado em sua sociedade, ameaçando assim o equilíbrio da coesão social.

Segundo Pizzio (2009) a concepção teórico-empírica de desqualificação apresentada por Paugam (2003) no caso francês é diferente da realidade brasileira. Pois mesmo a pobreza sendo uma condição existente em boa parte da população brasileira, aqui a desqualificação não pode ser tratada como “perda de patamar um patamar social de cidadania e assistência”. Na França a realidade parte da perda de uma situação de pleno emprego, na qual o indivíduo precisa se reinserir no mercado e para tanto submete-se a reciclagens de qualificação e acaba fazendo uso de assistência social para se manter. No Brasil, a desqualificação pode ser pensada a partir do fato do indivíduo não ter emprego, não conseguir arranjar emprego ou se manter no mercado de trabalho formal.

É relevante destacar que o maranhense por ser considerado fragilizado, sofre com o estigma de inferiorizado ainda em seu estado de nascimento, migra com objetivo de reconstruir sua identidade e sua história de vida em um novo local, no qual as oportunidades o

qualifique e conceda condições de igualdade social. Desta forma, a necessidade de mudança social, bem como o rompimento com o estigma desqualificante agregado à pobreza, coaduna com a utopia migrante que gira em torno da cidade de Palmas, vista nacionalmente como Eldorado, terra de oportunidades e conquista de melhores condições de vida. Quando questionados acerca da escolha de Palmas como local para migrar e romper com o estigma de pobreza, as respostas não apenas confirmaram o “mito do Eldorado”, como reforçaram a importância das redes sociais nesse processo.

“Já tinha uma tia minha que morava aqui, ela e a família dela que morava aqui em Palmas e viviam convidando a gente: ‘Vem pra Palmas, traz os meninos pra cá pra estudar, pra trabalhar, porque aqui tá em desenvolvimento, então aqui tem muitas oportunidades deles (irmãos) crescerem’” (S.F. Auxiliar administrativa).

“Eu vim porque minha cunhada já mora aqui, já morava aqui e então ela me deu esse suporte, daí fiquei aqui 2 anos” (M. L, auxiliar administrativo).

Os atores sociais acionam redes distintas – e contam também com o capital social dos indivíduos que já fazem parte dessas redes – em uma combinação de diferentes conexões que variam de intensidade com intuito de atingir determinado propósito, no caso dos maranhenses, a finalidade seria se inserir na sociedade palmense por meio do mercado de trabalho.

“Em 2003, quando cheguei aqui, eu fui trabalhar fazendo bico, através de conhecidos do pessoal que já morava aqui. Sempre assim ‘Oh, eu tô com um parente meu aí, se tu souber de alguma coisa?’” (S.L, zelador)

Fica evidente no trecho acima que, por meio dos contatos e relacionamentos pessoais adquiridos, os migrantes maranhenses buscam inserção e ascensão a diferentes segmentos sociais, em particular o mercado de trabalho. Na fala destes informantes, pode-se perceber que os laços fortes que unem os maranhenses são determinantes para que o processo de migração seja constante. O vínculo existente entre esses indivíduos favorece a manutenção das redes sociais locais e globais. Ao mesmo tempo em que os laços fortes contribuem para a consolidação das redes locais, eles também podem inibir a mudança e a transformação desses indivíduos, pois a saída de seu local de moradia e o excesso de relações estabelecidas por laços fracos em um ambiente diferente faz com que haja medo da fragmentação e até mesmo perda de identidade.

Tal fato foi constatado na narrativa de três informantes o quanto demoraram para se estabelecerem em Palmas e que fizeram o percurso Maranhão - Tocantins várias vezes antes

de se fixarem definitivamente em Palmas. Segundo eles, não conseguiam se adaptar à sociedade, não conseguiam rapidamente aqui a melhora nas condições de vida que tinham vindo buscar.

“Eu vim porque minha cunhada já mora aqui, já morava aqui e então ela me deu esse suporte, daí fiquei aqui 2 anos e botei na cabeça de voltar pra lá e foi meu ATRASO, foi eu ter voltado pra lá não pela cidade, mais pelo meio profissional mesmo” (M. L, Auxiliar administrativo).

“Em 2003 vim a primeira vez para Palmas, como já disse a convite de uma prima, daí passei seis meses aqui e não consegui emprego, aí fui selecionado para fazer o curso ‘Caminhos Para o Primeiro Emprego’ do governo federal, fiz esse curso no SENAC, inclusive esse curso foi muito bom pra mim, aprendi muitas coisas, como ainda não conseguia trabalho meu irmão de Porto Velho me chamou pra ir pra lá e eu fui” (S.L, Zelador).

Assim como evidenciado nas narrativas de M. L e S.L, a trajetória da informante M.R revela a intensidade dos laços fortes, tanto no processo migratório, quanto de inserção e fixação em Palmas. O que falou mais alto e pesou em sua decisão de migrar em definitivo para Palmas foi o rompimento de vínculos de alta densidade e o reestabelecimento de laços fortes que favorecessem a manutenção do seu capital relacional e para isso, sacrifícios foram exigidos.

A chegada em Palmas revela que a concepção que os migrantes possuíam da região é equivocada, pois a maioria destes que migra não possui a qualificação profissional necessária para se inserir de maneira positiva no mercado de trabalho. Percebe-se então, que existe uma contradição interessante no que tange à inserção dos migrantes maranhenses no mercado de trabalho palmense. A maior parte dos maranhenses entrevistados revelaram que não tiveram dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho na cidade. Este fato, à primeira vista, salienta – de forma gritante – a visão de Palmas como o “eldorado”, terra de oportunidades que acolhe quem chega e melhora as condições de vida das pessoas.

Entretanto, um segundo olhar sobre este fato revela que as vagas de emprego que são preenchidas pelo contingente de maranhenses - que chegam à Palmas todos dias – são àquelas que exigem baixa qualificação profissional. Pode-se inferir, então, que há – mesmo que de maneira velada – um reforço na imagem de inferioridade que se construiu acerca dos maranhenses na cidade.

No imaginário dos próprios migrantes, a perspectiva do “eldorado” se sobressai quando comparada à situação de pobreza que viviam antes de migrarem, pois não apenas

camufla a ideia de inferioridade, bem como minimiza as dificuldades de acesso às verdadeiras oportunidades sociais no mercado de trabalho palmense. As falas dos maranhenses entrevistados comprovam tal contradição:

“Achei que minha dificuldade não foi tão grande não, porque quando eu morava em São Luiz achava minha vida mais complicada. Porque eu morava na casa de um pessoal e não ganhava salário, morei com eles pelo que me davam, pela dormida e pela comida, eu não tinha salário. Quando eu cheguei em Palmas, com uma semana arranjei serviço numa pizzaria, então eu trabalhava na casa da minha prima durante o dia e trabalhava na pizzaria de tarde. Então eu achei que facilitou mais minha vida, morar em Palmas pra mim foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida, eu comecei a receber salário, ter meus direitos lá no “papelzinho”. (A.S, diarista)

O mercado de trabalho em Palmas está se constituindo em meio à reestruturação trabalhista imposta pelo sistema capitalista e pessoas cada vez mais qualificadas são exigidas para ocuparem postos de trabalho técnicos. Porém, a mão de obra local disponível, formada em grande parte por migrantes, não condiz com a necessidade do mercado, o que dificulta o acesso às oportunidades sociais a esses indivíduos.

“Passei bastante tempo desempregado, porque além de não conhecer nada aqui, eu tava dependendo de alguém arranjar emprego pra mim, porque capacidade todo mundo tem, era questão de oportunidades que não estavam aparecendo. Os currículos estavam sendo distribuídos e com a ‘força’ do marido da minha prima, nós estávamos na correria procurando emprego (...) Mas eu falo mesmo, aqui (em Palmas) se a pessoa não tiver um curso profissional, fica difícil, as oportunidades não apareciam pela baixa qualificação, isso faz diferença na contratação. Faz diferença ser inserido no mercado de trabalho em emprego bom... Por que você sabe que tem diferença entre trabalho e emprego, né? (risos) Trabalho é aquela coisa mesmo, sabe? Barrela! Agora emprego é onde a remuneração é maior, o posto é diferente. Tem gente (do Maranhão) que chega assim e pergunta ‘Rapaz, tem serviço aí? Trabalho?’ Aí eu falo, ‘Rapaz, trabalho tem, mas emprego, não’” (S.L, zelador).

A fala do zelador demonstra que não existe falta trabalho, há falta mão de obra especializada para ocupar postos de trabalho especializados. Essa questão foi apontada por todos os informantes, e permitiu a constatação de que o migrante maranhense pode ser definido como a “ralé” que tem o “corpo vendido a baixo preço, seja no trabalho das empregadas domésticas, seja como dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado” (SOUZA, 2009, p. 24).

A construção da imagem do maranhense e dos nordestinos em geral, como pessoas inferiores e ignorantes vem sendo fundamentada historicamente no imaginário social dos brasileiros e é reforçado muitas vezes pela ideologia do senso comum. No momento em que o

maranhense deixa de designar local de nascença e torna-se um indivíduo objetificado pelas relações de poder instituídas na sociedade palmense, pode-se perceber a força das ideologias e da hierarquia social de status.

A construção da representação social do migrante maranhenses torna-se resultado dos espaços que esses sujeitos ocupam e a forma como eles se estabelecem. As condições de chegada vão determinar tanto o acesso às oportunidades, quanto as vivências, pois enquanto os maranhenses pobres são estigmatizados como inferiores, àqueles que chegam a Palmas por outras vias, que não a da pobreza e da precarização do trabalho, aparentemente não são tão impactados pela imagem do maranhense enquanto “ralé”.

A qualificação profissional é o ponto chave para a constituição da representação social do maranhense, pois no momento em que os informantes revelam que quem se qualifica possui acesso às oportunidades sociais e que quem chega sem qualificação vai fracassar, eles estão apresentando a si próprios como indivíduos desqualificados, que não se capacitaram, não se dedicaram o suficiente para romper as barreiras criadas pela sociedade.

Torna-se muito simplista construir a representação social dos migrantes maranhenses através do discurso da meritocracia e do esforço, enquanto, na verdade o começa a se estabelecer – em Palmas – é uma hierarquia valorativa que por meio de uma ideologia economicista confere status aos indivíduos que interagem neste espaço social. Como esses sujeitos (maranhenses) podem se qualificar e adquirir experiência, se as oportunidades não lhes são concedidas? M. L, narra sua trajetória profissional e aborda este questionamento:

Inclusive eu usei muito o questionamento disso, eu queria trabalhar mas o povo “você tem experiência?”, eu “não, mas como vou adquirir a experiência um dia se você não me dá a oportunidade?!”(M. L, auxilia administrativo).

Depois de receber a primeira oportunidade, M. L afirma que pôde se desenvolver, fazer cursos e se qualificar profissionalmente para se inserir qualitativamente na sociedade. Muito embora enfatize que o percurso para tal inserção permeou a tênue relação entre formalidade e informalidade no mundo do trabalho. Foi após a sua reinserção no mercado formal de trabalho que M. L conseguiu ingressar em um curso superior e realizar a tão sonhada universidade. A capacitação profissional lhe abriu novas portas dentro do funcionalismo público, permitindo assim, que assumisse cargos considerados de chefia em setores da secretaria estadual em que trabalhava.

Após compreender que a qualificação profissional se destaca como fator central para a construção da representação social do migrante maranhense em Palmas, chegou-se o momento de descortinar a imagem dos maranhenses sobre a realidade à sua volta. Para isto, durante as entrevistas foi indagado como era ser maranhense em Palmas. Não foi uma surpresa a negação imediata de que houvesse um preconceito e valores pejorativos que se relacionavam diretamente à imagem social do maranhense em Palmas, mas o discurso de inferioridade maranhense foi palpável em todos os depoimentos, até mesmo na observação do dia a dia do professor da rede privada.

Primeiramente, os informantes negaram a existência de qualquer tipo de valoração negativa do maranhense:

“Eu sou muito tranquilo, quanto a alguns questionamentos, porque eu tenho colegas que não gostam de algumas piadas que são feitas a respeito de maranhenses e tal. Eu sou muito aberto a esse tipo de questionamento, até brinco também, mas para mim não. Por eu ser maranhense ter dificultado alguma coisa? Não” (M. L, auxiliar administrativo).

“Aqui é bom ser maranhense, todo lugar que a gente chega tem maranhense, então a gente se identifica rápido aqui em Palmas” (A.C, analista administrativa).

Em um dado momento, preenchido pelo silêncio durante as entrevistas, os informantes acabavam por reconhecer a existência de um discurso de inferioridade da sociedade em relação a eles.

“A gente é muito discriminado. A primeira impressão que a gente tem quando chega nos locais é ‘Qual a sua naturalidade e tal?’ E isso já cria uma barreira. A impressão que dá é que a gente não tem capacidade, que a gente é incompetente (...). As limitações que as pessoas colocam, né?! De que (os maranhenses) são preguiçosos, que não tem competência técnica. Naturalmente (risos), por conta mesmo dessa herança que a gente carrega de estado sem desenvolvimento, sem qualificação” (S.F, auxiliar administrativa).

Outra consideração importante, é que mesmo revelando a questão da identidade negativa, estigmatizada pela inferioridade dos maranhenses, os informantes possuíam, a inevitável, necessidade de autoafirmação durante as entrevistas, atuando o reforço positivo à identidade do maranhense estabelecido em Palmas.

“Eu não sei porque o palmense, ou qualquer outro de outra naturalidade, tem essa imagem do maranhense. Até porque eu tive olhando aqui, o comércio, o desenvolvimento da capital gira em torno do nosso trabalho...se você chegar hoje em uma empresa e fazer a contagem de quantos maranhenses tem lá, você vai se surpreender (...) Nós somos um povo forte, nós somos um povo batalhador, se você chegar a colocar um maranhense aqui, e não é querendo desfazer da força dos

outros, mas você vai ver a diferença (...) Assim como o maranhense, o nordestino também é um povo inteligente também, Não venha subestimar o maranhense: ‘Você é maranhense rapaz, você não sabe de nada, não. Estava lá passando fome e veio para Palmas’ Quando na realidade não é bem assim” (S.L, zelador)

A hierarquia é algo existente em todas as sociedades, o simples ato de escolha de ideias e adoção de valores, demonstra a existência da hierarquia. No caso de Palmas, a hierarquia vai se revelando como consequência da construção das representações sociais de atores que se relacionam mutuamente na sociedade. As ideias que compõem a representação social dos indivíduos em Palmas se converte na forma como se define estratificação social, que é legitimada pelo status.

Nesta análise, parte-se da ideia de que o status se constrói através da identidade dos atores sociais no mundo do trabalho. Pois é por meio do trabalho que o migrante maranhense se insere na sociedade palmense, faz uso de seu capital social, estabelece vínculos que mantém e amplia suas redes sociais. Sendo assim, possuir uma representação social positiva, significa ser detentor de status que irá conferir este ator social um espaço melhor na estratificação social de Palmas, bem como acesso qualitativo aos diversos tipos de oportunidades e benesses.

Percebe-se até aqui, que a representação social dos migrantes maranhenses se erigiu sob a forma de inferioridade, mantendo o estigma que estes indivíduos trouxeram de seu estado natal, impedindo-lhes de conquistar melhor posição nesta hierarquia de status.

O reconhecimento social traz ao indivíduo a confiança sobre si mesmo e revela a importância de seu papel na sociedade em que está inserido. Engana-se quem pensa que a mudança de cenário no mundo do trabalho protege o maranhense da representação social forjada negativamente. Todavia, o estigma de inferioridade é camuflado por esses sujeitos, que transformam as características que os desqualificariam na sociedade, em elementos que os diferenciam positivamente nesse meio.

A ideia de que o tratamento recebido por um maranhense pobre é diferente do tratamento de um maranhense bem-sucedido permeia a fala dos informantes, isto posto, pode-se afirmar que dentro dessa hierarquia social de status estabelecida em Palmas, não se leva em conta a naturalidade do indivíduo se este já chegar a essa sociedade na condição de bem-sucedido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação da migração geralmente está relacionada à condição de privação material do maranhense em seu estado de origem, por esta razão a inserção destes sujeitos na sociedade acontece de maneira deficitária e por vezes, preconceituosa. Pois o delimitador de pobreza gera um estigma negativo, e este por sua vez, legitima um status de inferioridade do migrante maranhense quando comparado aos migrantes de outras regiões. Desta forma, pode-se inferir que a origem social do migrante, determinada pelo seu local de nascimento, assume um viés de hierarquia de classe que qualifica sujeitos oriundos do sul, sudeste e centro-oeste, na medida em que desqualifica os sujeitos oriundos do norte e nordeste, sendo o maranhense inserido no último patamar desta ordem social em Palmas.

De acordo com esta ideia, conclui-se que a desigualdade social é reproduzida cotidianamente por meios simbólicos, reforçada pelo pensamento economicista que acaba por invisibilizar os conflitos e os problemas sociais que assolam o pobre, o migrante – nesta pesquisa de forma particular, o maranhense –, reduzindo-os a simples questões de gestão de recursos. Essa visão distorcida percebe o marginalizado social como alguém com as mesmas capacidades e comportamentos dos indivíduos da classe média, sendo assim, apenas a ajuda financeira seria suficiente para reverter a situação de privação que causa a desigualdade social e estabelece a hierarquização valorativa de status.

Diante do que foi proposto realizar neste trabalho, primeiramente, analisou-se a interação social dos migrantes maranhenses a partir da inserção destes sujeitos no mundo do trabalho. Pode-se afirmar que tanto o processo de migração, quanto a inserção social do maranhense em Palmas, ocorre devido à existência das redes sociais relacionais. Todos os informantes relataram a importância das redes, sejam em laços fortes ou em fracos, como o mecanismo facilitador para a inclusão no mercado de trabalho. Uma vez que, a cidade está em processo de desenvolvimento e serve de âncora para alavancar a economia da região, é de suma importância pensar o seu estoque de ativos relacionais, pois a transformação de uma região desarticulada para vai além de recursos produtivos e da qualidade de mão de obra presente, como foi destacado pelos empresários.

Posteriormente, constatou-se que o estigma de inferioridade, atribuído ao maranhense, advém de uma condição de migrante pobre e se consolida no acesso às oportunidades de

emprego, já que estes sujeitos são considerados desqualificados e por este motivo são inseridos em trabalhos que exigem baixa qualificação profissional.

Quanto ao segundo objetivo específico proposto, observou-se que por mais que os maranhenses utilizem o discurso de povo batalhador, que nunca esmorece diante às dificuldades, a representação social que foi constituída para esse povo é carregada de preconceito, valores que constituem uma identidade negativa e se revela por meio do lugar que o maranhense ocupa na ordem social palmense, vistos como: preguiçosos, pobres, mortos de fome, puxadores de carroça, servidores braçais, dentre outros. Mesmo os maranhenses com ascensão social e inseridos no mercado de trabalho formal, sofrem com o estigma de inferioridade e com o status negativo que este grupo populacional enfrenta na cidade.

Modificar a ordem social vigente e transformar os aspectos que promovem a estratificação social, são questões de suma relevância para a construção de uma sociedade com mais equidade entre os diferentes partícipes. Para tanto, a teoria tridimensional de justiça, de Nancy Fraser (2008), surge como elemento transformador, na medida em que atuará tanto para reparar as injustiças econômicas de viés redistributivo, quanto para modificar a representação social dos migrantes maranhenses, por meio de remédios transformativos que construa uma identidade positiva e repare as injustiças de reconhecimento identitário, e por fim, a representação política que dará voz aos migrantes, para que enfim estes sujeitos conquistem a paridade participativa e se estabeleça um princípio de justiça social.

No que tange ao processo de representação política, a pesquisa apresentada neste trabalho não encerra as discussões e as potencialidades da temática. Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se, inicialmente, que seja aprofundada esta dimensão de justiça, já que existe uma associação dos maranhenses na cidade e esta, encontra-se desarticulada, mantendo a invisibilidade do estigma de inferioridade deste povo, que não percebe claramente que a condição em que está inserido na sociedade é consequência direta da representação social que foi constituída. Ademais, sugere-se que seja realizada uma avaliação acerca do impacto da hierarquização da sociedade no processo de desenvolvimento da cidade de Palmas.

Referências

AMMANN, S. B. **Expressões da pobreza no Brasil - análise a partir das desigualdades regionais**. São Paulo: Cortez, 2013.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho - Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho no Brasil. **Nueva Sociedad**, 2012.

BAENINGER, R. Migrações Internas no Brasil do Século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. D. **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2011. p. 184.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: BIGGART, N. **Readings in economic sociology**. Malden- MA: Blackwell, 2002. p. p. 280-291.

CARVALHO, J. M. D. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAVALHEIRO, R. G. D. S. **Fluxo Migratório na região de cerrado - um panorama do perfil do migrante com base no PNAD 2009**. Palmas: Dissertação de Mestrado - UFT, 2012.

CHIESA, C. D.; FANTINEL, L. D. "**Quando eu vi, eu tinha feito uma etnografia**": notas sobre como não fazer uma "etnografia acidental. VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Gramado: [s.n.]. 2014.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal**, Chicago, v. 94, 1988. p.95-120.

CUNHA, J. M. P. D. **Mobilidade espacial da população - Desafios e metodológicos para seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2011.

DIEESE. Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE**, 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>>. Acesso em: 05 Janeiro 2016.

DUMONT, L. **Homo Hierarchicus - O Sistema de Castas e Suas Implicações**. 2^a. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

FRASER, N. **Escalas de Justicia**. Barcelona: Herder Editorial, 2008.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, 1985. p. 481-510.

JORNAL Eletrônico - Brasil 247. **Brasil 247**, 05 Novembro 2014. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/159516/De-mansinho-Globo-investe-em-golpe-e-preconceito.htm>>. Acesso em: 30 dezembro 2015. Sessão Mídia.

MARTINS, J. D. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 3^a Edição. ed. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, J. D. S. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI**. Campinas: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, A. T. R. D. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: IBGE **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2011.

PAUGAM, S. **Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais- Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão - Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis : Vozes, 2013. Cap. 4, p. 69-88.

PIZZIO, A. Desqualificação social: uma análise teórico conceitual. **Revista Mal-estar E Subjetividade**, Fortaleza, IX, n. 1, Março 2009. 209-232.

PUTNAM, R. D. The prosperous community: social capital an public life. **American Prospect**, Washington, v.13, 1993. p.35-42.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIMMEL, G. **El Pobre**. Madrid: Ediciones Sequitur, 2011.

SOUZA, J. **Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TELLES, V. D. S. **Pobreza e Cidadania**. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

TELLES, V. D. S. **As cidades nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum - estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALE, G. M. V. **Territórios Vitoriosos - O papel das redes organizacionais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão - Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2013. Cap. 1, p. 17-28.

